

Deficientes e idosos ainda não têm passe livre garantido

Rosana Tonetti

Da equipe do **Correio**

Um jeito habilidoso de dizer não, aparentando um sim, e deixando tudo como antes — sem definição. A Viação Anapolina, principal empresa de transporte a operar nas linhas que ligam o Distrito Federal aos municípios do Entorno, encontrou um meio diplomático de negar a gratuidade aos idosos e deficientes físicos sem sofrer diretamente os efeitos de uma medida antipática. Impôs uma condição: o benefício limita-se aos três assentos dianteiros do veículo, que devem estar livres no momento do ingresso dessas pessoas. Trocando em miúdos: se os bancos estiverem ocupados, os beneficiados terão que esperar pelo próximo ônibus.

“É uma medida paliativa até que as autoridades encontrem alternativas que se tornem efetivas”, afirmou o assessor jurídico e administrativo da Anapolina, Valdeir Mendes de Matos. Esse e outros critérios, que deverão vigorar somente até 31 de dezembro, serão definidos quinta-feira entre os dirigentes da empresa, associações que representam os idosos e os deficientes físicos do Entorno, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção do Gama, e as prefeituras. Encerrado o prazo, se não forem encontrados meios legais, a empresa volta a recusar a gratuidade condicionada.

“Tivemos uma vitória parcial. Mas não nos interessa ficar apenas com esse acordo”, salientou Francisco das Chagas Fernandes, presidente da Associação dos Idosos do Novo Gama. Segundo Francisco, já foram colhidas oito mil assinaturas de entidades ligadas aos deficientes físicos e idosos em apoio a projetos de iniciativa do governo federal, tornando obrigatório o passe livre dessas pessoas em empresas de transporte coletivo que operam em linhas interestaduais. Francisco acredita que, até o final do ano, será possível obter perto de 36 mil assinaturas.

OLHO CLÍNICO

No início de julho, a Anapolina suspendeu o benefício em todas as 88 linhas da empresa. Em defesa, rebateu que o passe livre é um direito constitucional dos maiores de 65 anos, mas obrigatório apenas para os percursos realizados dentro dos perímetros urbanos. “Somos uma empresa de transporte interestadual”, disse Valdeir. Na semana passada, a Anapolina, em face das pressões de órgãos governamentais, revogou a medida. Entretanto, limitou os assentos e condicionou o ingresso dos deficientes físicos e idosos somente quando os bancos estiverem desocupados.

Como invariavelmente os coletivos estão sempre superlotados, a prática será difícil que os beneficiados consigam ser transportados com facilidade nos veículos da empresa. “Não temos meios de absorver todos os deficientes físicos e idosos do Entorno em nossos ônibus. Só em Luziânia foram emitidos cerca de 2,5 mil documentos que dão direito ao passe livre”, sustentou Valdeir. A estimativa do assessor é de que dez mil carteiras tenham sido emitidas por órgãos de assistência social dos municípios.

Para sanar o prejuízo com o transporte gratuito, a Anapolina também pede subsídios ao governo. Além de condicionar o benefício aos bancos vazios, os deficientes físicos também serão submetidos ao olho “clínico” do motorista. “Só vamos transportar aqueles que realmente tenham dificuldade de locomoção”, completou Valdeir.